

Como São Paulo pagará suas dívidas

Pública

O Estado de São Paulo foi autorizado ontem, pelo Ministério do Planejamento, a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP) até o valor correspondente a 70% do serviço de sua dívida, que já atinge Cr\$ 30 bilhões. Com isso, deverão ser emitidas ORTP no valor de Cr\$ 21 bilhões.

"O ministro disse que já está tudo resolvido", disse ontem o governador Montoro, ao deixar o gabinete de Delfim Neto, acrescentando que, na verdade, trata-se do estabelecimento de tratamento igualitário para todos os Estados, que já tinham permissão para emitir papéis em valor correspondente a 70% do serviço de suas dívidas, enquanto que para São Paulo o percentual autorizado era limitado a 40%.

Um assessor do governador paulista informou que, na realidade, a autorização para equiparar o percentual de emissões entre os Estados já tinha sido dada há bastante tempo pelos ministros do Planejamento e da Fazenda, mas a efetivação da medida vinha sendo retardada pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que previa uma pressão muito forte sobre o mercado financeiro, tal o volume da dívida paulista. "Mas agora ficou tudo bem. Do contrário, não sei como seria possível administrar o serviço da dívida este ano", disse o assessor do governador Franco Montoro.

"Não estamos pleiteando favores, mas justiça, já que o Estado de São Paulo contribui com pelo menos 50% da receita do Fundo de Investimento Social (Finsocial)", disse também o governador Franco Montoro após a cerimônia de assinatura de um convênio com o governo federal no valor de Cr\$ 3.397.160 mil, destinados à aplicação no campo da saúde. São Cr\$ 398.800 mil para a instalação de nove centros de saúde na Grande São Paulo, beneficiando núcleos habitacionais deficientes em saneamento básico e carência habitacional; Cr\$ 2.510.360 mil para a instalação de 58 centros de saúde na periferia da região metropolitana da Grande São Paulo; e Cr\$ 493 milhões para a implantação de dois hospitais gerais com 150 leitos cada, ambos localizados em bairros periféricos de São Paulo.

Durante a cerimônia, presidida pelo ministro Delfim Neto, também foram assinados convênios para repasse de recursos do governo federal aos Estados de Minas Gerais (Cr\$ 3.431.011.906,00) e do Rio de Janeiro (Cr\$ 2.278.891.300,00).